

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – EEFFTO

A contribuição da educação física na educação das relações étnico-raciais:  
uma leitura de projetos escolares

Thais Aparecida da Silva

Belo Horizonte  
2009

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – EEFETO

A contribuição da educação física na educação das relações étnico-raciais:  
uma leitura de projetos escolares

Monografia desenvolvida como Trabalho de Conclusão do Curso de Educação  
Física / Licenciatura

Orientador: Gustavo Côrtes

Thais Aparecida da Silva

Belo Horizonte  
2009

Agradeço aos professores da Rede Municipal de Belo Horizonte  
que contribuíram para a realização deste trabalho:  
Cláudio Lima, Luciano Coelho,  
Maria de Fátima Castro e Marly Rezende.  
Agradeço também ao professor Gustavo Côrtes,  
pelo auxílio, paciência e compreensão durante o período de orientação.

## **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo fazer um breve levantamento sobre como o estudo e o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira são tratados pelos profissionais da área de educação em projetos escolares e como os conteúdos e práticas da educação física são utilizadas para a efetiva inserção da temática no ambiente escolar. Considerando que a lei 10.639/03 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira) traz em sua redação que tal temática devem ser trabalhados em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras, proponho-me a verificar que a educação física escolar em suas práticas e dentro de sua especificidade, pode contribuir para a educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação, projetos, relações étnico-raciais, educação física.

## SUMÁRIO

A Lei 10.639/03 e as relações raciais na educação .....	06
Objetivo.....	12
Justificativa.....	13
E a Educação Física?.....	14
Os projetos e seus conteúdos.....	16
Projeto A.....	17
Projeto B.....	19
Projeto C .....	21
Conclusão.....	23
Referências.....	28

## A Lei 10.639/03 e as relações raciais na educação

As relações sociais no Brasil, desde a sua colonização, são regidas por questões étnicas e raciais, fazendo com que, mesmo mais de meio século após essa colonização, ainda haja enormes resquícios de preconceitos e desvalorização social de determinadas etnias e raças. O termo *raça* é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, 2004, p. 13). Já o termo *etnia* enfatiza a identidade do sujeito na perspectiva cultural:

A crença em uma origem comum como base para o conceito de etnia é afirmada também por Banton(1998), que afirma que “os grupos e categorias étnicas baseiam-se na crença da ancestralidade comum de seus membros, mas adquirem significados através do sentimento de uma cultura compartilhada”. O que define a etnia é o sentimento de pertencimento, de inclusão em um grupo, no qual as pessoas se reconhecem e se dão a conhecer, bem como têm ou criam sinalizações que as distiguem de outros (a língua, a religião, a nacionalidade e, recentemente, as experiências distintas e singulares de uma determinada cultura). (CRUZ, 2004, p.39)

Segundo dados de pesquisas relativamente recentes, a população brasileira é formada por 92.120.000 pessoas brancas e 91.231.000 pessoas negras (11.563.000 pessoas pretas e 79.668.000 pessoas pardas) (IBGE/PNAD, 2006), ou seja, quase a metade da população é composta de pessoas que se auto-definem negras. (Vale lembrar que, para o Senso do IBGE, “negros” são todos os que se auto-definem como pretos ou pardos). A elevada porcentagem de negros na população brasileira não têm sido suficientes para eliminar ideologias, desigualdades e estereótipos racistas. Ainda persiste um imaginário que privilegia a branquidão e valoriza principalmente as raízes européias, ignorando ou pouco valorizando outras (indígena, africana, asiática, etc.).

A problemática da diversidade no Brasil, embora apareça nas discussões atuais com maior ênfase, é antiga, e acompanha a história das lutas por inserção cidadã na sociedade, empreendidas por indígenas, negros,

sem-terra, empobrecidos, outros marginalizados pela sociedade (SILVA, 1993, 2002; 2004).

Num país onde o preconceito e a discriminação, praticados por meio de injúria, são considerados crimes e estão previstos pelo código penal<sup>1</sup>, o que se tem nos dias atuais é uma forma de preconceito velado onde, na maioria dos casos, verbalmente não se admite que haja esse preconceito, contudo ele permeia as relações nas várias instituições sociais existentes, dentre elas a escola.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim de muitos tipos de desigualdades, repensar as relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola, porém a mesma possui papel fundamental, uma vez que as relações raciais perpassam pela sociedade como um todo, inclusive pela instituição escolar. A construção de estratégias educacionais na tentativa de combater o racismo é uma tarefa de todos os educadores, independente de seu pertencimento étnico-racial e da matéria que lecionam. Políticas públicas acompanhadas de uma permanente preocupação em reconhecer a pluralidade e a diversidade da população brasileira de forma a possibilitar que sejam contempladas as especificidades e necessidades dos diferentes grupos étnico-raciais, tornam-se extremamente importantes no contexto social. Um efetivo trabalho nessa perspectiva possibilitará a negros e não-negros experiências educacionais baseadas no conhecimento das diferenças socioculturais existentes desde a colonização e formação do povo no Brasil. Contudo, nesse aspecto não se pode improvisar. Práticas feitas sem um conhecimento histórico que traga a compreensão de que os desafios raciais são fruto de uma consciência coletiva que se arrasta por séculos, analisando os problemas vividos pela população vinda da África através da escravidão e por seus descendentes, acaba por trazer um discurso vazio e pobre. Há que se investir no conhecimento de tais aspectos para que a atuação docente seja algo que

---

<sup>1</sup> Código Penal, artigo 140:

Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)

promova transformações e faça com que a escola se torne um bem público, pertencente a todos, como afirma Gomes(2001):

Quem sabe, assim, a escola poderá desencadear um processo de mudança de lógicas, de valores e de práticas, e a tradição oral, a corporeidade, a ecologia, a estética e a diversidade dos vários grupos étnico-raciais sejam incorporados como constituintes do processo educativo como dimensões do currículo e da prática escolar? ( p. 95)

O currículo escolar, instrumento político e social, desenvolve um papel importante e reflete, através das suas práticas pedagógicas, os conceitos e ideologias da sociedade.

O sistema educacional brasileiro em processo de constituição no início do século XX, teve como uma de suas premissas o silenciamento sobre as tradições culturais africanas. O saber dominante reproduzido pela historiografia oficial ignorou e colocou na obscuridade a história e a cultura negra, e seus elementos não entraram, portanto, no ambiente escolar, através dos currículos. (Neves, 2008, p.97)

Em relação à religiosidade nos currículos escolares, podemos constatar que o Brasil ainda não se libertou totalmente da vinculação entre o Estado e a religião, mesmo que a Constituição afirme o caráter laico do Estado e, conseqüentemente, das instituições escolares. Porém existem escolas particulares que estão ligadas a religiões, onde são ensinados elementos de certas doutrinas, principalmente a católica. Não são populares, com a mesma relevância, instituições escolares onde se ensine religiões como, por exemplo, o budismo, Islamismo, ou ainda as religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda. “Nas escolas, a omissão e a desinformação reforçam o preconceito com os adeptos de religiões de matriz africana, inibindo as crianças e jovens negros. A concepção de Estado laico não garante que se esclareça sobre as religiões africanas” (MEC, 2001). Sendo assim, as diversidades cultural e racial referente às religiões acabam não sendo contempladas, dando margem para atitudes e pensamentos preconceituosos em relação a elas.

Em 1997, o Ministério da Educação implantou os Parâmetros Curriculares nacionais e colocou a “Pluralidade cultural” como um dos temas transversais a serem trabalhados. A principal característica e função do Tema Transversal da Pluralidade Cultural existente nos PCN é de desfazer a

mistificação existente de um Brasil homogêneo, sem diferenças, unicamente católico e branco. Estas concepções são parte de uma ideologia autoritária e racista, que visa destruir e massacrar o que não é dominante. Descobrir o Brasil como ele é significa formar cidadãos orgulhosos de suas múltiplas raízes, atentos para os direitos humanos, os direitos de liberdade de expressão, o direito à diferença. É fundamental que a escola ajude a ampliar o leque de tolerância e convivência entre os povos.

Com essa inclusão, buscou-se reconhecer as várias etnias formadoras da identidade do país, como uma marca social brasileira. A relação entre raças transcende o desafio pedagógico de “transmitir um conteúdo”. Trata-se de um desafio onde é necessária uma preparação histórica, cultural, emocional e sensível para lidar com tais relações. Na prática, o que se busca como prioridade essencial é propiciar que todo cidadão, independente de sua raça ou cor, possa ter igualdades de condições nos ambientes sociais na busca de seu crescimento individual, cultural, pedagógico, sentimental, financeiro e etc.

A educação, ao ser entendida como um direito humano fundamental implica que os Estados têm a obrigação de garanti-la mediante sua promoção, proteção e respeito à diversidade de experiências e culturas, assegurando à população a igualdade de oportunidades para o acesso e a apropriação do conhecimento. Tais elementos orientam os princípios de uma educação de qualidade para todas as pessoas, ou seja, equidade, pertinência, relevância, eficácia e eficiência. (OREALC/UNESCO, 2007)

A relevância do estudo de temas em que sejam consideradas as questões de raça e etnia não se restringe as populações negras, indígenas, asiáticas, etc. Ao contrário, diz respeito a todos os cidadãos do país, independente da raça a qual se auto-definem, uma vez que todos devem ter acesso a um sistema educacional que propicie o entendimento da sociedade como uma instituição constituída por diferentes origens, diferentes cores de pele, diferentes tipos de cabelos, diferentes visões de mundo, diferentes crenças, diferentes gostos, diferentes escolhas, fazendo com que todos atuem como cidadãos capazes de construir uma nação democrática.

Sendo assim, em 09 de janeiro de 2003 entra em vigor a Lei 10.639, interpretada e orientada pelo Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004a) e Resolução CNE/CP 001/2004 (BRASIL, 2004b), estabelecendo que todas as escolas públicas e particulares incluam em seus currículos escolares o ensino

de história e cultura afro-brasileira, tendo em vista o processo de formação, assim como a constituição atual da sociedade brasileira. A criação da referida lei acrescentou à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dois artigos: 26-A e 79-B. O primeiro estabelece o ensino sobre cultura e história afro-brasileiras e especifica que o ensino deve privilegiar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. O mesmo artigo ainda determina que tais conteúdos devem ser ministrados dentro do currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Já o artigo 79-B inclui no calendário escolar o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

A criação da lei sugere que o trabalho com as questões raciais na escola perpassa pela consciência de que os africanos e afro-brasileiros existem e são sujeitos na construção da sociedade brasileira, têm história, memória, valores e cultura que precisam ser reconhecidos também dentro da escola, no fazer cotidiano do currículo, uma vez que a referência dada aos negros dentro da escola muitas vezes colocava a escravidão como ponto central, ignorando a presença dos mesmos na história pós-escravista. Além disso, muitas vezes corre-se o risco de tratar as questões de raça de forma atemporal, não considerando que as relações sociais também evoluem, passam por modificações e, por isso é necessária a mudança de atitude no “agora” para que, num futuro próximo, haja início da mudança da mentalidade social.

Para que o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial na educação se efetivem, são necessárias metodologias, métodos e técnicas que promovam a mudança de olhar diante das desigualdades, novos saberes sobre a história e cultura afro-brasileiras, mudanças de atitudes diante das situações de racismo e alteração da realidade. (Neves, 2008, p.81)

Apesar de tal lei indicar que os conteúdos devem ser trabalhados em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras, acredito que a Educação Física escolar, dentro de sua especificidade, tratando da cultura brasileira dentro de uma proposta específica baseada na cultura corporal de movimento<sup>2</sup>, possui ferramentas para contribuir para a afirmação

---

<sup>2</sup> De acordo com o Coletivo de Autores, Cultura Corporal seria “o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como

de uma identidade racial positiva (seja ela qual for), na medida em que oferece em suas práticas subsídios para que o aluno, por exemplo, conheça e reconheça um determinado movimento, sendo capaz de significar o mesmo de acordo com seus valores e sua inserção no mundo, transformando, adaptando, escolhendo e julgando. Além disso, uma disciplina que tem como foco o corpo não tem como ignorar aspectos desse próprio corpo, relevantes nas relações entre os alunos e professores.

As novas práticas pedagógicas da Educação Física passaram a discutir as questões do corpo e da cultura do indivíduo e sua relação com as práticas executadas pelos professores. Enquanto práticas sociais, elas refletem a atividade produtiva humana de buscar respostas às suas necessidades físicas e culturais. Neste sentido, compete à Educação Física dar tratamento pedagógico aos temas da cultura corporal, reconhecendo-os como dotados de significado e de sentidos, pois foram social e historicamente construídos. (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

---

formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas” (1992 p. 38).

## Objetivo

O presente trabalho visa fazer um breve levantamento sobre como o estudo e o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira são tratados pelos profissionais da área de educação em projetos escolares e como os conteúdos e práticas da educação física são utilizadas para a efetiva inserção da temática no ambiente escolar. Visto que, como sugerido anteriormente, a educação física pode, dentro de sua especificidade, auxiliar nas questões colocadas pela Lei 10.639/03, introduzindo nas aulas práticas e reflexões permeadas pelas questões étnicas, culturais e sociais, proponho-me a descrever, através da citação das atividades inseridas em projetos escolares, o envolvimento de profissionais da área de educação com a temática e com conteúdos trabalhados cotidianamente pela educação física.

## Justificativa

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, redigido pelo Ministério da Educação, traz em seu conteúdo preceitos para a elaboração de trabalhos dentro das perspectivas de tais relações, onde há a necessidade de ações voltadas para o combate de todas as formas de preconceito, racismo e discriminação que, por ventura, se manifestem dentro do ambiente escolar. Sendo assim, projetos de valorização das origens e das raças são, sem dúvida, de grande relevância para a afirmação de identidades. Dentro do plano nacional é colocada a importância da qualificação dos professores para trabalhar tais conteúdos. Além dele, o CNE/CP nº 003/2004, homologado em 19 de maio de 2004, expressa em seu texto que o tratamento das relações sociais no campo educacional busque garantir o direito de todos os cidadãos brasileiros ao acesso em todos os níveis de escolaridade e em todas as modalidades de ensino, com professores e profissionais da educação qualificados para as demandas contemporâneas da sociedade brasileira, e em especial capacitados para identificar e superar as manifestações de preconceitos, racismos e discriminações produzindo na escola uma nova relação entre os diferentes grupos etnicorraciais.

Tanto no Plano Nacional, quanto no Parecer supracitados, é expressa a valorização e importância da formação de professores para atuação dentro de tais preceitos, participando da formação cotidiana de identidades dentro das aulas, na elaboração de projetos, incluindo a temática no Projeto Político Pedagógico de sua escola, entre outras formas de atuação. Partindo dessa perspectiva, verifico brevemente como um curso de capacitação auxiliou na elaboração de idéias e práticas referentes às questões raciais e de etnia para a aplicação no ambiente escolar, além de verificar, como já colocado, como a temática é tratada pelos profissionais da área de educação, atuando e cumprindo as determinações da Lei, dentro ou fora da área e dos conteúdos da Educação Física, que contribuem em tais projetos.

## E a Educação Física?

Por acreditar que a Educação Física e seus conteúdos podem contribuir para a inserção da temática em questão no currículo escolar, defendo a idéia de que os corpos trazem consigo marcas históricas e culturais, que nos revelam detalhes de suas origens e pertencimentos. As manifestações corporais são carregadas por expressões culturais e sociais, construídas historicamente ao longo dos séculos. As várias formas de andar, de comer, de se relacionar de cada sociedade são construções históricas que vêm perpassando gerações desde os tempos mais remotos. Sendo assim, a Educação Física é permeada por uma dimensão que transcende o momento da aula. Não é o ato puramente físico de chutar, por exemplo, que traduz a manifestação cultural, mas sim o “como” fazê-lo e a representação simbólica que o ato traz consigo.

Para Daólio(2004):

O profissional de educação física não atua sobre o corpo ou com o movimento em si, não trabalha com o esporte em si, não lida com a ginástica em si. Ele trata do ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humanos, historicamente definidas como jogo, esporte, dança, luta e ginástica. O que irá definir se uma ação corporal é digna de trato pedagógico pela educação física é a própria consideração e análise desta expressão na dinâmica cultural específica do contexto onde se realiza. (p.9)

A disciplina escolar educação física pode auxiliar na afirmação de identidades e o (re)conhecimento das diversas culturas. Através do corpo, podemos simbolizar diferentes identidades sociais, extrapolando a dimensão pessoal e individual e expressando os princípios de uma determinada coletividade.

É preciso considerar que o corpo é objeto de alteração exercida pela cultura, sendo por ela modelado e modificado. Temos então, expressos no corpo, os universais e as particularidades da cultura. (Gomes, 2003 , p. 80)

Aspectos culturais e sociais podem ser trabalhados dentro das práticas corporais da educação física, seja através das danças, das brincadeiras, e também através dos esportes, da ginástica, das lutas, considerando as questões de origens e práticas de cada uma dessas manifestações. Mas para isso, é importante que as concepções de corpo presentes no fazer docente

estejam em sintonia com a temática que se pretende trabalhar e com a apropriação de corpo que se pretende realizar.

Um trabalho que considere somente a dimensão fisiológica do corpo, por exemplo, acaba por ignorar outras influências que esse corpo/linguagem traz em si. Os movimentos corporais passam a fazer sentido se são parte de uma dimensão cultural, que legitima técnicas e posturas. Daólio (2007) ressalta que “as técnicas corporais só podem ser chamadas de técnicas porque são culturais” (p.83). As concepções de mundo, com suas representações sociais, podem ser lidas por meio da silenciosa linguagem do corpo. Ainda segundo Daólio (2007):

Os corpos, embora com uma base biológica semelhante, foram e continuam a ser construídos diferentemente em cada sociedade, segundo os padrões gerais da sua cultura e respeitando as especificidades de classe social, de religião, de grupo, etc. Cada sociedade destaca e valoriza determinadas formas de uso do corpo ou determinados movimentos corporais. E assim os corpos vão se diferenciando uns dos outros, em consequência dos símbolos e valores que neles são colocados pela sociedade, em cada momento histórico específico. (p.94)

Ao trabalhar com o corpo dos alunos, o professor de educação física acaba por interferir nessa construção corporal, na concepção e na representação que eles têm do próprio corpo. Cabe, portanto, cuidado para que estereótipos não sejam criados nem reforçados, extinguindo idealizações e preconceitos, agindo com cautela no trato com as relações.

## Os projetos e seus conteúdos

Como material para análise, utilizei projetos criados por professores da educação básica participantes de um curso oferecido pela rede municipal de Belo Horizonte, oferecido pelo Núcleo de relações Étnico-Raciais e de Gênero da Secretaria Municipal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Para a conclusão do curso, os participantes deveriam elaborar projetos e aplicá-los em suas escolas. O curso, com carga horária de 120h, foi oferecido em 2007 e ainda não contou com as alterações provocadas pela Lei 11.645, promulgada em 2008, que inclui também a cultura e história indígena. Por esse motivo, não abordo no presente trabalho questões referentes à história dos índios brasileiros.

Dentre vários projetos elaborados, escolhi dois, que sugeriam atividades pertinentes à área da Educação Física. Apesar de não terem sido elaborados por professores dessa área, trazem em suas práticas vários conteúdos que fazem parte da especificidade da área. Detalhe que me chamou atenção foi o fato de não haver participação de nenhum professor da área de Educação Física no curso.

Para trazer uma discussão partindo do olhar de profissionais especificamente da educação física, utilizei também um projeto da mesma temática escrito por dois professores que não foram participantes do curso referido acima.

## Projeto A:

O primeiro projeto analisando, denominado por mim como “projeto A”, foi redigido por uma professora formada em pedagogia. O projeto, que tem como objetivo a valorização da cultura afro-brasileira, visa o aprofundamento nas causas e conseqüências da dispersão dos africanos pelo mundo, além de sugerir o trabalho com a percepção da questão racial como assunto de todos, devendo ser “conduzida para a reeducação das relações entre descendentes de africanos, de europeus e de outros povos.” Sugere o reconhecimento da existência do Racismo no Brasil e a necessidade de valorização e respeito aos negros e à cultura africana. Segundo a autora do projeto, o trabalho de educação anti-racista deve começar cedo. Na educação infantil, o primeiro desafio é o entendimento de identidade. Ela afirma ainda que a linguagem do corpo é especialmente destacada nas séries iniciais, portanto o trabalho com danças, jogos, capoeira, samba e maracatu, seria importante para o trato com essa linguagem corporal.

Esse primeiro projeto analisado está dividido em dois subprojetos: Projeto I – Identidade e Projeto II – Contação de Histórias. No projeto Identidade, a professora coloca como “atividades/estratégias” a metodologia utilizada para a realização do projeto. Dentre as atividades propostas, estão leituras de texto, construção de uma árvore genealógica com nomes e identidades étnicas, observação das próprias características com espelho e auto-retrato, criação de história em quadrinhos e pesquisa de origem do próprio nome. Nesse subprojeto, não há conteúdo diretamente ligado à educação física, mas acredito que a disciplina – além de outras – pode contribuir para algumas das reflexões propostas por estas atividades. Na construção da árvore genealógica e na auto-observação, por exemplo, é possível a discussão e levantamento de características corporais, transmissão dessas características, passando pelos conceitos de raça e etnia.

No segundo subprojeto, denominado Contação de Histórias, a metodologia traz em suas “atividades/estratégias” a leitura de livros dentro da

temática, conversas sobre a importância dos Griots<sup>3</sup>, a produção de tambores africanos, confecção de fantoches e produção de teatro de bonecos, leitura de lendas brasileiras e utilização de sucata para a confecção dos personagens, leitura de lendas africanas e modelagem em massinha dos personagens de tais lendas, além da reprodução através de dobraduras dos animais presentes nessas lendas. Assim como no primeiro subprojeto, este também não traz ligação específica com a disciplina educação física. Pensando na construção de tambores e no trabalho com as lendas, acredito ser possível trabalhar questões de corpo, levando em conta as particularidades dos ritmos de origem africana e afrobrasileira e também as manifestações corporais presentes em representações, mitos e lendas.

O negro educou-se ouvindo dizer que o seu corpo era feio e grosseiro, que não podia dançar balé clássico por ter o seu quadril largo e os pés chatos, além da sua cor ser incompatível para representar príncipes e princesas. (NOBREGA, 1992 p.53).

Analisando este projeto, e mesmo sabendo que são poucas as escolas de educação infantil e séries iniciais que trabalham com um professor especificamente de educação física em seu quadro discente, acredito que a contribuição que tal disciplina pode trazer é muito significativa nesse momento de entendimento e formação de identidade e personalidade, seja através dos jogos, na capoeira, na música, etc. Através dessas manifestações, é possível expressar ideologias, noções de mundo, sentimentos, preconceitos e etc. De acordo com Nóbrega (1992):

Os negros africanos utilizavam a dança para os fatos existentes na sua vida. Para eles, transmitir o saber era de fundamental importância. Todos os fatos ocorridos, como nascimento, plantio, colheita, saúde, morte, eram comemorados pelos ancestrais com a dança. Na África do Sul, por exemplo, nos conflitos raciais, os negros dançavam contra o regime que os oprimia. (p.31)

Sendo assim, acredito na contribuição da educação física no auxílio para a ressignificação de valores culturais, políticos e sociais nessa dimensão.

---

<sup>3</sup> Grandes contadores de histórias africanos que, apesar de ainda atuarem isoladamente em algumas regiões da África Ocidental, tiveram, há séculos, um vasto e importantíssimo papel na evolução e manutenção da cultura e tradição da oralidade de todo continente.

## Projeto B:

Projeto redigido por uma professora de história traz como objetivo romper o silêncio em relação às questões raciais no contexto escolar, promovendo discussões, ações e atividades que revelem as situações de desigualdade e discriminação presentes na sociedade e na escola. Além disso, contribuir para a construção de uma identidade positiva do povo negro e afro-descendente, valorizando e dando visibilidade à sua cultura e história.

O projeto foi elaborado para ser realizado com turmas do terceiro ciclo e será trabalhado com algumas disciplinas, dentre elas a educação física.

Para iniciar o projeto, a proposta é de fazer um diagnóstico da realidade escola, através de um questionário que consta no Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro, da autora Rosa Margarida de Carvalho Rocha. O questionário foi aplicado nos alunos da última etapa do 3º ciclo e nos professores. Após essa primeira ação, a intenção é montar um mural com o resultado da pesquisa do questionário, acrescida de gravuras, fotos e manchetes sobre as questões étnico-raciais, esperando assim iniciar os debates sobre as questões. Além disso, haverá exibição de filmes pertinentes à temática, tomando-se a providência de registrar atitudes e comentários dos alunos durante as sessões para posteriores análises e debates. Tendo sido dado esse “pontapé inicial”, propõe-se fazer uma reunião com o corpo docente e discente da escola para esclarecimentos da proposta, sugestões e definições de condutas para a realização do trabalho. A partir daí, a autora do projeto sugere atividades a serem trabalhadas por cada uma das disciplinas participantes do projeto (Português, História, Ciências, Artes e, como já citada, Educação Física).

Dentre as atividades propostas para serem trabalhadas pela educação física, tem-se o levantamento, prática e organização de concurso de danças e ritmos de origens africanas (capoeira, maculelê, hip-hop, congados), apresentados como expressão de uma cultura ancestral. O projeto não deixa especificado (em sua versão impressa) como isso será feito na prática, mas acredito que seja importante ressaltar que a cultura não é estática e, mesmo reconhecendo a importância de tais danças e ritmos, considero que seja importante também discutir e problematizar a influência deles em outras manifestações, como, por exemplo, o funk, o rap, tendo o cuidado de não tratar

o assunto como algo temporal, como um recorte trazido da ancestralidade e colado nos dias atuais. De acordo com Daólio (2003):

A expressão corporal é tomada como linguagem, conhecimento universal, um patrimônio cultural humano que deve ser transmitido aos alunos e por eles assimilado a fim de que possam compreender a realidade dentro de uma visão de totalidade, como algo dinâmico e carente de transformações. (p.21)

Seguindo na proposta de atividades para a disciplina educação física, o projeto traz a proposta de realização de atividades como desfiles e painéis que trabalhem a imagem do corpo, propiciando o reconhecimento da beleza do corpo negro. Propõe ainda discussões sobre questões afetivo-sexuais, como por exemplo, discriminação quanto à união conjugal inter-racial, sugerindo pesquisas na mídia. Outra proposição do projeto é a contextualização, debate e a vivência de esportes onde o negro tem mais destaque. Pensando nessa proposta, acredito que seria interessante um trabalho interdisciplinar, solicitando aos professores de ciências (biologia) amparo nos debates sobre diferenças biológicas, transmissão de características, entre outros.

Por fim, outra proposta feita no projeto para trabalho com os alunos é uma oficina de hip hop, colocado como teoria e prática e também a criação de músicas de rap.

Ao fim do projeto, são sugeridas várias atividades coletivas de encerramento, como por exemplo, festival de danças afro-brasileiras, gincana temática, feira de cultura (com roupas, comidas, música, adornos), literatura, concurso de frases e cartazes, concurso de letras de rap e hip hop, mostra cinematográfica.

## Projeto C:

O projeto denominado por mim como “C”, diferente dos anteriores, foi escrito por dois professores da disciplina de educação física. Apesar de ter sido redigido por eles, contou com a participação de um grupo de professores da escola e traz em seu objetivo o diálogo com as manifestações culturais afro-brasileiras por um viés étnico racial. Tal projeto procurou percorrer caminhos que explorassem a ludicidade da criança africana, as influências da cultura africana na cultura do nosso país, as belezas do continente africano e a identidade étnica afro-brasileira.

Para início de conversa sobre o tema, a atividade proposta no projeto foi de confecção de desenho e construção de frases, cujo título detonador da discussão é “A África que eu conheço é assim...”. Através dessa atividade, a intenção seria a de trazer a tona o imaginário que os alunos tinham sobre a África, relatando e desenhando selvas, pobreza, etc. A partir daí, os professores pretendiam levantar questões relativas à África contemporânea, que tem pessoas, lugares, costumes, diversidades, dentro de suas particularidades, assim como qualquer outro lugar do mundo. Um mapa político do continente serviria como orientação aos alunos para que, à medida que as atividades acontecessem, fosse feita a relação entre a atividade e o local de origem ou as referências contidas.

Fotografias seriam utilizadas para falar da população, sendo priorizadas fotos de crianças, com seus cotidianos e ludicidade. Além disso, inúmeros jogos e brincadeiras de diversos países africanos como o jogo de Bezette de Zanzibar, o Shisima do Quênia, o Tsoro Yematatu do Zimbábue, seriam conteúdos das aulas, desde a confecção (quando fosse o caso) até a utilização dos mesmos. O Maracatu, a capoeira e as danças de Afoxé também entrariam como conteúdos a serem conhecidos, desenvolvidos e discutidos. Um cartaz, com fotos de diversas pessoas brasileiras e africanas, seria colocado no pátio, com o título provocativo: “De onde são esses corpos? Do Brasil? Ou da África?”, como forma de apontar semelhanças raciais e de etnia entre brasileiros e africanos, resultado de miscigenações. Filmes diversos foram colocados como proposta e, em um deles mostrava uma ladeias e era

demonstrada a habilidade com a cerâmica dos aldeões. Assim, propôs-se o trabalho de confecções de objetos com argila.

Com o intuito avaliativo e culminante, a proposta de organização de um concurso de desenhos e frases, sem o caráter competitivo. Além dessa mostra de trabalhos, grupos de dança de Afoxé e Maracatu se apresentariam, para encerrar as atividades do projeto.

## Conclusão:

Apesar da injustiça devido à escravidão, da política de separação das famílias e dos grupos étnicos, os africanos e os afro-descendentes sem dúvida contribuíram fundamentalmente para a formação da diversidade do país e da cultura brasileira. A visão de mundo, a religiosidade, a música, a dança, a culinária dos escravos resistiram às pressões de outras culturas e, miscigenando formaram o que hoje conhecemos.

Aspectos da história e da cultura africana e afro-brasileira precisam ser percebidos e trabalhados por todos que participam do sistema educacional brasileiro, como estratégia para minimizar os preconceitos, as discriminações e o racismo presentes na sociedade brasileira, na intenção de mostrar que a cor da pele não determina a capacidade de um ser humano. Ela é apenas uma diferença, assim como o tamanho dos pés, a cor dos olhos, como a altura, como a forma dos cabelos.

Preocupa-me presenciar atuações onde que a cultura afro-brasileira é vista, sentida e experimentada somente nas práticas religiosas, música ou alimentação, como um recorte atemporal da realidade. Acredito na inserção da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, no mercado de trabalho, na comunidade, fazendo parte do cotidiano. E não somente os aspectos culturais, mas também os históricos e antropológicos. Cultivar as raízes da nossa formação histórica evidentes na diversidade étnica do povo pode ser um dos caminhos para que se garanta a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais que conferem autenticidade e singularidade ao nosso País. É de extrema importância que haja união entre as pessoas, povos, nacionalidades e culturas, com respeito às diferenças, para que a educação das relações raciais seja um avanço social.

Percebo que o início da transformação da sociedade e da educação já se inicia com a inclusão da Lei 10.639/03 alterando a legislação anterior. É necessário agora que tal alteração seja trabalhada de forma consciente e, como já colocado anteriormente, sem improviso, promovendo a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas presentes no

cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino, comprometendo a garantia do direito à educação de qualidade para todos..

Cabe ao professor a percepção e a sensibilidade para lidar com tais questões de maneira delicada, cuidando para ter atitudes que orientem e tragam um tratamento das relações sociais onde há respeito com as diferentes culturas, diferentes conceitos, diferentes saberes. Há que se ter um cuidado para evitar que, atitudes que têm a intenção de acabar com atitudes racistas acabem trazendo mais preconceito e gerando desconfortos. A posição do professor frente a tais situações exige sensibilidade em relação ao tema, já que existe uma linha tênue entre uma atitude de positivação de uma determinada raça e/ou cultura e uma atitude de diferenciamento e distanciamento da mesma. O fato de ser professor não basta para que fiquemos livres das contradições de valores, legitimando todas as nossas ações. Somos seres concretos, produto de nossos ambientes culturais e sociais.

É importante que os educadores estimulem seus alunos a reconhecerem a legitimidade dos diferentes saberes presentes na sociedade e perceberem como cada grupo sócio-racial contribuiu para a formação da identidade cultural do país. Diante de uma população escolar educacional multirracial, como a brasileira, uma postura ética e novas práticas são imprescindíveis e é nessa perspectiva que acredito que o campo de estudo da educação física vem contribuir. Sendo essa uma disciplina que trata da linguagem, nesse caso a linguagem corporal, é um espaço/tempo no ambiente escolar onde é viável e possível a discussão sobre as questões raciais, tendo em vista o que essa linguagem corporal traz em seu movimento.

Vigostki salienta que a linguagem não é somente um instrumento de comunicação, mas também um instrumento que tem dado configuração à evolução cultural dos povos. Dessa forma, as crianças aprendem e internalizam o que se veicula no contexto em que vivem e, no caso específico da discriminação, obviamente elas aprendem internalizar as representações racistas. (Cavalleiro, 2001)

O aproximar-se de outra pessoa, o tocar, por exemplo, ocorre e permeia as ações numa aula de educação física talvez até mais do que em outras disciplinas, dado o espaço onde ocorrem as aulas, portanto essa linguagem corporal é importante para colocar em pauta questões que talvez não sejam transmitidas verbalmente, seja pela falta de percepção ou por um “racismo à

brasileira”, termo utilizado por Telles, (2003) para designar um racismo velado, muito comum no nosso país.

Sabemos que o currículo e o discurso pedagógico têm produzido verdades sobre o corpo e tratado deste assunto de forma geral, falando de um corpo universal, igual para todos.

Segundo SANTOS (1999):

Categories e definições regulam os sujeitos escolares na definição de si e de outros, apresentando o corpo biologizado / medicalizado, ahistórico, atemporal, sem sexo, raça ou etnia. (p.207).

Neste sentido, poderíamos admitir que o currículo escolar tem negado as diferenças culturais próprias das identidades sociais. Ao movimentar-se nas aulas, seja nos esportes, nas danças, nas brincadeiras, trazemos valores que estão constantemente sendo afirmados e negociados, transmitindo inconscientemente normas e concepções que temos, fato que Moura (2005) denomina “currículo invisível”:

O que chamamos de currículo invisível é a transmissão dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio, ou, numa palavra, dos padrões sócio-culturais inerentes à vida comunitária, de maneira informal e não explícita, permitindo uma afirmação positiva da identidade dos membros de um grupo social.

A construção desse currículo é um processo histórico no qual a linguagem corporal tem um papel importante, visto que através de tal linguagem as relações construídas historicamente podem ser visualizadas.

Acredito que, atualmente, o grande desafio da educação brasileira tem sido investir na superação de diferentes formas de discriminações, difundindo os diferentes conteúdos presentes na diversidade etno-cultural que compõe o patrimônio nacional, valorizando a trajetória particular dos grupos que fazem parte da nossa sociedade.

“Ao discutirmos os processos curriculares presentes nas escolas, devemos admitir que o currículo é eminentemente um campo de políticas culturais, local onde se dão acordos e conflitos em torno da legitimação ou não de diferentes saberes” ( Côrtes, 2003, pág 57).

Sendo assim, muito mais do que a transmissão dessa forma, as relações sociais no ambiente escolar devam ser tratadas fazendo parte desse ‘currículo

invisível', mas também sendo abordadas de forma direta no cotidiano, com uma política de valorização das diferenças, do respeito à pluriculturalidade, da afirmação de identidade e da educação das relações.

É nessa perspectiva que percebo o trabalho com os projetos analisados como uma forma interessante de abordagem da temática. Em todos eles a aproximação dos alunos com o tema é feita através de atividades que contribuem para que haja uma facilidade em se adequar, permitindo que o aluno possa reconhecer e vivenciar experiências, movimentos, sensações, curiosidades. E os conteúdos que podem ser parte integrante de um programa de educação física e que podem auxiliar no entendimento dessas questões de raça e etnia acabam por auxiliar nessa construção de valores para a educação das relações. Mesmo que dois dos três projetos em questão não tenham sido escritos por professores de educação física, percebe-se que as questões envolvidas e expressadas pelo corpo podem trazer conflitos e soluções para alunos e professores, gerando uma atmosfera propícia para a problematização do tema. Cabe ao professor saber como orientar para que não haja deturpações, fazendo com que uma tentativa de acerto não vire uma atitude racista, mesmo que seja de maneira consciente.

Os cursos universitários de Educação Física oferecem disciplinas relacionadas às atividades e conteúdos étnico-raciais, como jogos, danças, capoeira, atividades recreativas entre outras. Neste sentido, admite-se que estes alunos, talvez futuros professores, tenham maiores condições e oportunidades para estarem trabalhando com estes temas através de suas práticas pedagógicas. Esta abordagem não indica que aspectos da cultura do povo devam ser tratados nas escolas especificamente pela disciplina de Educação Física, mas ressalta que, através dela, possa ser constituído um discurso interdisciplinar. (Côrtes, 2003, pág. 63).

Desta forma, e de acordo com Côrtes, acredito que a Educação Física nas escolas pode permitir que se vivenciem diferentes práticas corporais advindas das mais diversas manifestações culturais, entendendo-se que essa variada combinação de influências está presente na vida cotidiana. As danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado. Além disso, esse conhecimento

contribui para adoção de uma postura não preconceituosa e não discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais.

Uma educação física escolar que considere o princípio da alteridade saberá reconhecer as diferenças – não só físicas, mas também culturais – expressas pelos alunos, garantindo assim o direito de todos à sua prática. A diferença deixará de ser critério para justificar preconceitos, que causam constrangimentos e levem à subjugação dos alunos, para se tornar condição de sua igualdade, garantindo, assim, a afirmação do seu direito à diferença, condição do pleno exercício da cidadania. Por que os homens são iguais justamente pela expressão de suas diferenças. (Daólio, 2007, p.100).

Por fim, acredito num modelo escolar onde todas as disciplinas tem deveres iguais de promover a educação das relações com seus alunos, de modo que, trabalhem a diversidade brasileira como algo de fundamental importância, discutindo, problematizando e analisando as práticas docentes.

## Referências:

BRASIL, Congresso Nacional, (1996). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial, Brasília, 23 de dezembro de 1996, p. 27.833-41. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL, Congresso Nacional, (2003). Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial, Brasília, 10 de janeiro de 1996. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. Ética e Cidadania no Convívio Escolar: uma proposta de trabalho. Brasília: MEC, SEF, 2001.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAVALLEIRO, E. "Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor". In: Cavalleiro (org) Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Summus, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DO TRABALHO E DESIGUALDADES. Políticas de promoção da igualdade racial na educação:

exercitando a definição de conteúdos e metodologias. São Paulo: CEERT, [2005?] 74p.

CODIGO Penal Brasileiro. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm)>. Acessado em: 20. nov. 2009

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

CÔRTEZ, G. P. Processos de Escolarização dos Saberes Populares. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. 12. ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 2007

DAOLIO, Jocimar. Educação física e o conceito de cultura. Campinas: Autores Associados, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Revista Brasileira de Educação: nº.23 Rio de Janeiro, p. 75-85, Maio/Agosto 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: Eliane Cavalleiro. (Org.). Racismo e anti-racismo na educação; repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Experiencias etnico-culturais para a formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006. 156p

LOPES, Antônio Herculano; CALABRE, Lia. Diversidade cultural brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Casa de Rui Barbosa, 2005. 286 p.

MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

NEVES, Gilberto. Educar para a igualdade: combatendo o racismo na educação. Uberlândia, MG: Sincopel, 2008. 126 p.

NÒBREGA, Nadir. Dança Afro – sincretismo de movimento. Salvador: UFBA/Editora Santa Maria, 1992.

ORIENTAÇÕES e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006. 256 p.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. Griots, cantadores e rappers: do fundamento do verbo às performances da palavra. In: DUARTE, Zileide (org.). Áfricas de África. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras/UFPE, 2005.

SANTOS, L.H.S. Pedagogias do corpo: representação, identidade e instâncias de produção. In: SILVA, L. H. (Org). Século XXI, qual o conhecimento? Qual o Currículo. Petrópolis: Vozes, 1999. p.194-212.

SILVA, Petronilha B. G. e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Revista Educação Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007

SILVA, Petronilha B. G. e. Diversidade étnico-racial e currículos escolares – dilemas e possibilidades. Cadernos CEDES, Campinas, n. 32, p. 25-34, 1993.

TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.